

# TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PINTO FERREIRA

1 — *A noção de desenvolvimento e as idéias do crescimento e progresso* — A palavra desenvolvimento tem hoje uma ampla aceitação tanto na sociologia como na economia. O impacto da palavra e o apêlo emotivo às suas consequências são tão grandes que as próprias constituições atuais, como a do Brasil de 1967, aludem à idéia e aos planos de desenvolvimento. Mas é preciso esclarecer o significado pleno do desenvolvimento, bem como de conceitos que lhe são assimilados.

Sociólogos e economistas ora identificam, ora distinguem as noções de desenvolvimento, progresso, crescimento e mudança secular. Alguns eminentes pensadores colocam por vêzes os ditos têrmos como sinônimos, mas há quem interprete diferentemente.

Segundo Maurice Dobb no estudo *Crescimento Econômico (Economic Growth and Under-developed Countries*, Londres, 1963), o desenvolvimento econômico corresponde ao que é habitualmente chamado de progresso econômico. Êle usa indistintamente as palavras progresso econômico, desenvolvimento econômico e crescimento econômico no seu conhecido livro.

Outros autôres de renome, como Charles Kindleberger, Francisco Perroux, Maurice Bié, Giovanni Resta e Gilbert Blardone, etc, distinguem nitidamente entre desenvolvimento e crescimento econômico. Alguns especialistas brasileiros, a saber, Calderan Beltrão em sua *Sociologia do Desenvolvimento* (Porto Alegre, 1965), Fernando Mota no *Manual do Desenvolvimento Econômico* (Rio, 1964) e Dorival Teixeira Vieira em *Teo-*

ria do Desenvolvimento Econômico (São Paulo, 1959, mimeo), elucidam e esclarecem esta problemática.

Gilbert Blardone no estudo *O Circuito Econômico (Le Circuit économique, 1962)* descreve com precisão os conceitos de crescimento, desenvolvimento e progresso. São noções diversas, ao seu sentido. Segundo êle, o *crescimento* é o aumento contínuo da produção ou do produto nacional, em um longo período de tempo. Mas é possível que as instituições e estruturas sociais não se adaptem às exigências de tal crescimento, podendo ocorrer o crescimento sem desenvolvimento, ou ainda sem o melhoramento das condições de vida da população. Pode destarte ocorrer o crescimento econômico sem o conseqüente progresso, sem o verdadeiro progresso. Já o desenvolvimento seria a criação de um verdadeiro circuito econômico na nação, a criação de um circuito orgânico de produtos, de vendas, de inversões no interior do país e em conexão com o resto do mundo. É certo que podendo ocorrer o desenvolvimento de uma maneira desequilibrada, não harmônica, em favor de certas classes, grupos, regiões do país e em desproveito de outros; em suma ter-se-ia desenvolvimento sem progresso. Já o *progresso* supõe o melhoramento das condições de vida para a maioria da população.

Vê-se assim uma dupla tendência na literatura sociológica e econômica: a primeira trata como sinônimos os termos “desenvolvimento econômico”, “crescimento econômico” e “processo econômico” ((Maurice Dobb) e uma segunda tendência (Blardone e outros) realiza uma nítida distinção entre tais conceitos.

2 — *Conceito de desenvolvimento* — Os autores francêses, que tendem à lógica e à sistematização abstrata, bem como os sociólogos e economistas alemães, procuram conceituar o que seja o desenvolvimento.

Francisco Perroux, na *Economia do Século XX (Économie de XX e. Siècle, 1961, cap. III: A noção de desenvolvimento, pág. 155)*, assim se pronuncia:

“O economista, ao qual se pergunta: Que é desenvolvi-

mento? deve, a meu ver, responder: O desenvolvimento é a combinação das mudanças mentais e sociais de uma população, que a capacitam a fazer crescer cumulativa e duravelmente, o seu produto real global”.

Perroux assim ministra um conceito global de desenvolvimento, antes que estritamente econômico. Êle assim se pronuncia: “Qualquer que seja o sistema econômico: mercado, plano ou combinação dos dois — o crescimento cumulativo e durável do produto real global é comprometido (nos países subdesenvolvidos) por inúmeros caracteres mentais e sociais das respectivas populações. Mudar êsses caracteres, com o acôrdo das populações, engendra um rendimento e supõe um custo que podem ser organizados racionalmente: existe, por conseguinte, uma economia do desenvolvimento e ela se distingue da economia do crescimento. O produto global, em cifras absolutas ou *per capita*, muitas vêzes cresceu no passado e pode ainda hoje crescer sem que as populações e suas economias sejam capacitadas a desenvolver-se”.

Calderan Beltrão concede definição aproximada, nos seguintes termos: “Desenvolvimento é um processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado”.

Já outros estudiosos ministram uma acepção rigorosamente econômica ao desenvolvimento. *Gerald M. Meier e Robert E. Baldwin*, no livro *Desenvolvimento Econômico (Economic Development, New York, 1967, pág. 2)*, entendem o desenvolvimento como o processo pelo qual a renda real de uma comunidade aumenta a longo prazo.

É o mesmo entendimento de Paul A. Baran em sua *Economia Política do Crescimento (The Political Economy of Growth, Londres, 1957, pág. 18)*, quando define o desenvolvimento “as increase over time in *per capita* output of material goods”.

Segundo esta posição interpretativa do problema, três requisitos se tornam indispensáveis para que de fato se realize o desenvolvimento: 1.º que se formule no sistema econômico um

aumento quantitativo e real dos bens e serviços disponíveis para uma determinada sociedade; 2.º que a taxa de incremento de renda seja superior à taxa do desenvolvimento demográfico; 3.º que esta tendência se realize a longo prazo, como uma tendência secular (*secular trend*), e não seja uma oscilação a curto prazo no processo de incremento da renda.

Outros autores, com Lebert na *Dinâmica Concreta do Desenvolvimento* (*Dynamique Concrete du developement* (1961, Livro I: *Notion du développement et économie du développement*), falam da escola francesa que se refere ao desenvolvimento como “a passagem de uma situação menos humana e uma situação mais humana”.

G. Perez em *Religião e desenvolvimento social na América Latina* (*Religion et développement social en Amérique Latine*) em tese (mimeo) apresentada ao V Congresso Mundial de Sociologia (Washington, 1962) assegura: “O desenvolvimento é essencialmente um problema de civilização. Trata-se de um processo de transformação das estruturas econômicas, sociais, políticas e mentais, duma passagem, duma fase menos humana a uma fase mais humana, do acesso de todos ao necessário e ao bem-estar material e espiritual”.

Dentro de tal pressuposto o prof. Fernando Mota (o. c. pág. 135) procede a um “descrição sumária do fenômeno, à base da qual, entretanto, supomos ter identificado como suas conotações mais relevantes: 1) ser um processo de mudança; 2) orientado no sentido de um nível de melhor estar social; e 3) de que resulte um incremento real na renda per capita a longo prazo”.

3 — *A noção do desenvolvimento e a mudança social.* — O problema do desenvolvimento é sobretudo um problema sociológico. Não pode ser encarado dentro de um aspecto estritamente econômico, é no fundo e na sua essencialidade mais um problema sociológico do que econômico. Trata-se na realidade de um processo global de transformação da sociedade e da economia, com as suas implicações próprias, as suas tendências transformadoras se chocando contra os obstáculos sociais ao desenvolvimento.

De fato, o desenvolvimento é apenas uma configuração histórica e específica do processo da mudança social. Ogburn em seu livro *Social Change* (1922) divulgou, é certo, a palavra mudança social, que hoje goza de irresistível popularidade. Pois bem, o desenvolvimento é apenas uma configuração historicamente definida de processo de mudança social.

É bem verdade que o tratamento específico do tema, a análise das sociedades em desenvolvimento e dos obstáculos, resistências e barreiras ao desenvolvimento, no fundo, a constituição da sociologia do desenvolvimento, é recente. Mas os estudos científicos sobre a mudança social, os temas da dinâmica social, são velhos e retroagem aos clássicos da sociologia, desde CONTE, SPENCER e MARX. Depois, os sociólogos de renome como Durkheim, Pareto, Toennies, S. Maine, Marx Weber, Ogburn Redfield e outros enriqueceram a temática até refulgir a sociologia do desenvolvimento em toda a sua riqueza.

Parte-se do pressuposto, assim, de que o desenvolvimento é uma maneira de mudança social, mas mudança social em certo sentido e com determinadas implicações substanciais.

O primeiro aspecto básico desta mudança é realmente o aumento ou incremento real da renda *per capita*. Tal aumento quantitativo da renda per capita, provocando uma maior quantidade de bens e serviços disponíveis pela comunidade e em proveito da própria comunidade, é um elemento decisivo do processo de mudança social chamado desenvolvimento. Tal processo histórico é irreversível, embora possa apresentar fases momentâneas de retardamento, porém a irreversibilidade está na essência do desenvolvimento.

Mas a taxa do incremento da renda, em termos reais, deve elevar-se acima da taxa de crescimento demográfico. Donde resulta a necessidade imperiosa para os países chamados subdesenvolvidos, de um percentual ainda maior da taxa de incremento da renda, para superar a taxa de crescimento demográfico. Como se sabe, um dos indicadores secundários do subdesenvolvimento, na sociedade contemporânea, é o explosivo demográfico. As sociedades subdesenvolvidas estão presentemente aumentando a sua população com uma taxa demográfica de 2 a mais vezes do que os

países ocidentais industrializados. Si houver, destarte, aumento da taxa demográfica *não se processará o desenvolvimento*. Os bens e serviços disponíveis da comunidade devem aumentar proporcionalmente além do aumento anual da população.

Em 2.º lugar, o desenvolvimento é um processo a longo prazo. A taxa de aumento da renda *per capita* deve manter-se a longo prazo, eis que se trata na espécie de um tipo especial de mudança social, de uma tendência secular, uma *Secular Trend*. Pode ocorrer retardamento do processo em cifras relativas, mas a tendência secular deve permanecer, a fim de que se verifique o desenvolvimento.

Por exemplo, segundo Meier e Baldwin, o ano de 1760 foi aquêle a partir do qual a taxa de incremento da renda, na Inglaterra, passou a elevar-se de maneira definitiva, acima da taxa de incremento da população. Mas os mesmos autôres assinalam que entre 1770 e 1820 a taxa de incremento demográfico superou a do incremento real da renda (o. e., pág. 148, nota 8). Compara-se o ano indicador por Meier e Baldwin, ano de 1760, como o ano de 1750, que Sombart indica em *Der Moderne Kapitalismus* como o ano que inaugura a idade do apogeu do capitalismo (*Hochkapitalismus*).

Assim, para que se processe o desenvolvimento, é indispensável, como se disse que, apesar das pequenas e desfavoráveis crises de crescimento, o processo seja contínuo, permanente e revelando uma distância temporal a longo prazo.

Enfim, em 3.º lugar, torna-se ainda necessário que o desenvolvimento provoque uma melhor distribuição dos bens de vida, um melhor bem-estar dos membros da comunidade. Êste bem-estar permanente assegurado exige assim uma democratização da propriedade, dos bens, e serviços disponíveis para o conjunto da população, a satisfação razoável das necessidades humanas.

Tais necessidades são primárias, como a alimentação, a casa, a saúde e o vestuário; são secundárias, como as de educação, conforto, recreação, prestígio, ostentação e luxo. É mais viável hoje em dia determinar certo grau de satisfação de

tais necessidades, avaliadas quantitativamente, como o *número mínimo* de proteínas para a alimentação, de metros quadrados para a habitação, de médicos, hospitais, escolas e professores para a população. A obra de Richard L. Meier, sobre *Ciência e Desenvolvimento Econômico (Science and Economic Development: New Patterns of Living*, New York, 1956), é ilustrativa dêste raciocínio.

Às vêzes como se observa, si o incremento real da renda *per capita* no decurso do tempo assinala e evidencia o desenvolvimento, em alguns casos concretos a regra sofre excessão, como na Venezuela, que a sua renda *per capita* é a maior da América Latina. Contudo tal renda repousa essencialmente em um produto extrativo, que é o petróleo, e não se acha bem dividida entre as classes sociais.

O desenvolvimento, enfim, assegura pela modificação das estruturas econômicas uma mudança na psicologia social da comunidade, de atitudes, costumes, padrões de comportamento, filosofia de vida, etc., tem destarte determinadas implicações sócio-culturais.

4 — *O desenvolvimento e a sociedade dual* — O desenvolvimento tende a criar uma sociedade dual, dividida em amplos sectores, dos quais um representa o moderno e o progressista, enquanto o outro representa o velho e o arcaico.

Êste conceito de um dualismo ou de uma sociedade dual gerado pelo desenvolvimento deriva de uma sugestão, que vingou, advinda de Boeke em sua *Economia Dualista (Dualitistische Oekonomie*, Leiden, 1930) e Furnival no seu estado sobre *As Índias Neerlandesas (Netherlands Indies: A Study of Plural Economics*, Cambridge, Mass., 1944).

Em que consiste tal dualidade? Ela se estrutura porque a sociedade se organiza e coexiste segundo dois padrões: o padrão arcaico e o padrão moderno.

Mais tarde a sociologia francesa, com George Balandier, na *Sociologie des Brazzavilles Noires* (1955) e *Afrique Ambigue* (1957), além de Jacques Lambert, debateu o problema da

sociedade dual, que êste aliás abordou quanto à realidade brasileira, em sugestiva obra publicada inicialmente em francês e ampliada na versão brasileira, com o título *Os Dois Brasil* (1959).

Com o desenvolvimento, forma-se geralmente na sociedade um dualismo de economia, como no Brasil: um centro progressista de economia industrializada e tecnológica (como o triângulo São Paulo — Rio — Belo Horizonte e adjacências), uma periferia marginal com uma economia de base rural e de insuficiente tecnologia (como no nordeste e norte do Brasil). Na primeira predomina uma constante modernização, enquanto na segunda predominam padrões arcaicos de economia e de comportamento.

É de considerar, além disso, que geralmente o *núcleo do desenvolvimento* tende a drenar as riquezas da periferia, pelas próprias relações de intercâmbio comercial, em que os termos de troca da *sociedade nuclear* são vantajosas em desproveito da sociedade periférica, a primeira repousando em produtos manufaturados e a segunda em produtos da agricultura.

Este problema foi também analisado por Perroux (o. c., págs. 156-157), acentuando que, no subdesenvolvimento, as economias são desarticuladas (duais), dominadas e insuficientes para manter o mínimo vital estimado pela Ciência.

Ele assim se expressa: “A observação dos países que a estatística arrola na categoria de subdesenvolvidos, revela três características flagrantes das suas economias: a) São economias *desarticuladas*. Não constituem, sobre um território extenso (como, por exemplo, uma república africana ou um conjunto de tais repúblicas), uma rede homogênea de preços, de fluxo (em moeda e em bens) e de informações. As deficiências nas infra-estruturas, nos transportes materiais e intelectuais, não são os únicos fatores em causa, pois crescem-lhes as diversidades étnicas, a heterogeneidade das tradições, dos usos e costumes. A economia dual, como dois setores, um moderno e outro arcaico, é a mais visível dentre os aspectos que reveste essa deficiência geral de comunicação. Daí resulta uma forma de crescimento aplicada em um ponto (como seja um investimento adi-

cional e uma grande inovação) não se propaga em um grande conjunto, ou se ela se propaga, provoca simultaneamente desequilíbrios que não são fecundos ou que não se corrigem espontaneamente. O conjunto é composto de ilhotas de crescimento econômico, cercadas de espaços vazios ou estagnados; b) Essas economias são *dominadas*, significando o termo diversas realidades bastantes distintas. Uma nação evoluída ou um conjunto de tais nações muitas vezes pode, também em fase de descolonização, impor ainda a sua decisão em virtude da natureza de suas atividades, de sua dimensão econômica e do seu poder de negociação; é ela industrializada, goza de um produto que é um múltiplo elevado do de seu interlocutor; possui armas e desfruta de uma vantagem de posição na aliança ou coalizão. Constata-se o mesmo no caso de uma empresa ou de um grupo financeiro; a grande unidade sustenta a exportação de produtos-chaves; o seu giro de negócios é frequentemente um múltiplo elevado do orçamento de uma república africana nascente, sua diplomacia insere-se na dos negócios ocidentais. Justamente porque é desarticulada a economia subdesenvolvida, o esforço de nação ou da firma dominante aplica-se em lugares e em atividades bem determinadas sem que as solidariedades ditas “nacionais” consigam retificá-lo e reparti-lo com a requerida rapidez. O balanço dos pagamentos não somente é submetido a um desequilíbrio estrutural: êsse desequilíbrio, no seu montante e no seu conteúdo, depende demasiadamente das decisões de nações e unidades dominantes; c) Enfim, as economias em questão não garantem a todos os membros das populações autóctones e *mínimo vital* estimado pela ciência. Em termos um pouco mais técnicos: os custos do estatuto humano da vida para todos, os custos do homem, os custos que trazem a cada qual a esperança de vida, a saúde, o acesso ao conhecimento, compatíveis com as condições concretas do lugar e da época — não são cobertos. Não são valorizados, por conseguinte, os recursos humanos, ainda quando não se constate um desemprego patente ou um manifesto mau emprego; as contabilidades privadas, públicas e sociais são, por isso mesmo, *radicalmente* falsas, e não são senão aparentes os resultados econômicos que exibem. Estão ligadas entre si essas características. As

consequências da dominação agravam eventualmente a desarticulação e a insuficiência dos níveis de vida. Mas essa desarticulação e essa insuficiência opõem, ao crescimento da unidade dominada, obstáculos que esta tem interêsse em eliminar”.

5 — *O princípio da nucleação e a sociedade dual.* — Esta divisão dual da sociedade desenvolvida em regiões progressistas e modernizadas em base de áreas estagnadas e de pouco progresso econômico, pode evidentemente acentuar tais divergências e diferenças econômico-sociais entre regiões de um mesmo país, entre os setores produtivos, as camadas e classes sociais.

Tal diferença evidentemente ocorre e por vêzes se acentua nitidamente.

Como escreve Marrama em *Saggio sullo sviluppo economico dei paesi arretrati*, (Torino, 1958, págs. 93-98), “substancialmente, diz o princípio de cumulação que, ao deixar-se livre jôgo às forças de mercado, um grupo de indivíduos, uma cidade, uma região ou país, que por dadas circunstâncias venham a encontrar-se historicamente na posição dominante, vêem cumulativamente reforçar-se essa posição, enquanto permanece estacionária ou quase, a situação dos grupos, regiões ou países, que recaem sob essa dominação ou, na melhor das hipóteses, ficam fora do processo cumulativo”.

Determinadas regiões de um país progridem assustadoramente, outras permanecem estacionárias e o próprio intercâmbio comercial acentua a disparidade econômica. As regiões da periferia tendem a entrar em crise.

O fenômeno foi destacado por diversas concepções, dentre as quais podem ser lembradas as seguintes teorias:

1.º — o princípio da nucleação de K. E. Boulding, exposto em *Toward a General Theory of Growth* (in. Can J. Econ. Pol. Sci., agosto, 1953);

2.º — a teoria da decolagem ou do *Take-off* de Rostow;

3.º — a teoria dos pólos de crescimento de Perroux;

4.º — a teoria de causalidade circular de Gunnar Myrdal, exposta em *An American Dilemma* (New York, 1944), no estudo *Development and Under-development — A Note on the Mechanism of National and International Inequality* (*National Bank of Fifteenth Anniversary Commemoration Lectures*, Cairo, 1956, págs. 7.17 e 80-88) e também ainda em *Economic Theory and Under-Developped Regions* (London, 1967);

5.º — A teoria da marginalidade estrutural apresentada pelo sociólogo brasileiro Costa Pinto em *Sociologia e Desenvolvimento* (Rio, 1956, 2a. edição, pág. 99).

Em resumo, pretende-se com a moderna interpretação sociológica do desenvolvimento que, no centro do desenvolvimento se estrutura um processo ascensional de efeito propulsivo (*spread effect*), enquanto que na periferia o processo é de efeito regressivo (*backward effect*) ou descensional. Há um núcleo do desenvolvimento, mas a periferia não tende a desenvolver-se com o mesmo ímpeto ascensional do núcleo e do centro. É verdade que o controle e a direção das forças econômicas pelo Estado podem superar um pouco tais divergências, estimulando com recursos do capital e da técnica as regiões pouco desenvolvidas de um país. No Brasil os recursos aplicados pela SUDENE no nordeste evidenciam tal possibilidade, embora em ritmo pouco acentuado com relação ao núcleo progressista do país.

O princípio da nucleação significa, por consequência, a formação de um centro de desenvolvimento e de uma periferia do pouco progresso econômico, em diferenças econômico-sociais e culturais que o planejamento e a direção dos recursos de capital procuram corrigir.

6 — *História do progresso econômico* — O progresso econômico, no sentido de uma melhor distribuição dos bens de vida pelo homem comum do povo e de uma subjetivação dos bens da cultura, é recente. Dí-lo Maurice Dobb: “Na história da humanidade, o progresso econômico é relativamente moderno”. A mudança cultural e tecnológica do mundo foi lenta em comparação com os recentes 200 anos da história humana.

Lorde Keynes em *The Economics of our Grandchildren* assim se expressa: “Desde os tempos mais antigos de que temos registro até o início do século XVIII, não houve grande modificação no padrão de vida do homem médio. Certamente, altos e baixos. Épocas de peste, fome e guerra. Intervalos áureos. Mas nenhuma modificação progressista violenta. Esse lento ritmo de progresso, ou falta de progresso, devia-se a duas razões — à notável ausência de aperfeiçoamentos técnicos importantes e à impossibilidade de acumular capital”.

Patel pretende que neste período a produção industrial per capita aumentou de 15 a 20 vezes, como uma taxa de crescimento de 2,6% ao ano, em comparação com 0,1% ou menos, nos séculos anteriores. Veja-se a respeito o estudo de Patel intitulado *Desenvolvimento Econômico e Mudança Cultural* (*Economic Development and Cultural Change*, Chicago, abril, 1961, vol. IX, n.º 3, págs. 316s.)

A taxa de crescimento por ano variou nos diferentes países europeus, entre 1880 e 1914, segundo o mesmo Patel, A. Gerschenkran no *Jornal de História Econômica* (*Journal of Economic History*, Sup. VII, 1947) e os dados fornecidos pela Liga das Nações, em *Industrialização e Comércio* (*Industrialization and Foreign Trade*, 1945).

Estas taxas foram as seguintes, ao ano, entre 1880-1914:

Suécia e Rússia Tsarista — 6%

Alemanha, Itália e Estados Unidos — 5%

Reino Unido e França — 3%

Estes dados confirmam as teses de Rostow e P. A. Sorokin, este último no livro *Rússia e Estados-Unidos, de que a decolagem de economia russa é anterior ao comunismo*.

O Japão, cuja decolagem econômica foi posterior a dos países ocidentais, teve nos últimos 45 anos a taxa de crescimento aproximadamente em 5,4% ao ano, isto é, quasi igual à da Suécia e Rússia Tsarista entre 1880-1914.

Depois da 1.ª guerra mundial, a crise econômica, a devastação generalizada e a destruição sistemática ocorridas durante o conflito, bloquearam o desenvolvimento. Em seguida à 2.ª guerra mundial, a maioria dos países industrializados tiveram altas taxas de incremento, como a Alemanha Ocidental, a Itália e o Japão.

Nos países socialistas de importância a taxa de incremento da produção industrial tem sido elevada. Depois de 1948 a produção industrial soviética se elevou a uma taxa anual de 10% ao ano (a produção agrícola cresceu com taxa menos avançada) e o mesmo aconteceu na China Marxista, no qual, segundo o *World Economic Survey*, 1961 das Nações Unidas, entre 1950 e 1959 a produção industrial aumentou a uma taxa média de 13% ao ano.

Mas, si este fenômeno ocorreu em favor dos países socialistas, é de lembrar que um elevado aumento da taxa de crescimento industrial também foi visível em países capitalistas, notadamente a Alemanha Ocidental, a Itália e no Japão, especialmente este último.

ROSTOW em *Etapas do Desenvolvimento Econômico* pretende ademais que o ritmo de crescimento avultado da economia soviética foi o mesmo de outros países capitalistas em etapas de desenvolvimento comparáveis.

Desta análise resulta então o fato incontestável que o progresso econômico se acentuou profundamente nos derradeiros 200 anos, em ritmo inigualável com respeito à evolução humana anterior.

7 — *Modelos de desenvolvimento econômico* — Vários são os modelos e padrões de desenvolvimento. A princípio se procurava tão somente fixar em padrões rígidos as possibilidades de desenvolvimento das nações reduzindo-as a modelos uniformes e inflexíveis. Estes modelos seriam dois: o modelo capitalista e o modelo socialista.

No modelo capitalista salientavam-se a Inglaterra e os Estados Unidos. No modelo socialista a URSS. As demais na-

ções procuravam imitá-las. Mas a verdade é antes a constatação de uma pluralidade de modelos e padrões de desenvolvimento.

A Inglaterra na época iniciou uma forma de organização econômica e social inteiramente nova. Industrializou-se poderosamente, com as subsequentes implicações de industrialização. Tais como a urbanização, a tecnologia e a educação. Basta salientar que, segundo SOMBART em sua *Sociologia Rural* (*Staedtische Siedlung, in Handwoerterbach der Soziologie*, Stuttgart, 1931, pág. 532), já em 1850 a população urbana ultrapassava a população rural na Inglaterra, o que ocorreu na URSS em 1960 e ainda hoje não se encontra tal perfil da sociedade brasileira. Nesta, em 1940, 68,8% da população foi classificada como rural, e em 1950, 63,8%. A Inglaterra se desenvolveu inclusive sem o recurso aos capitais estrangeiros, com os resultados da sua poupança interna e da drenagem dos recursos coloniais, com uma singularidade no seu processo do desenvolvimento. Tanto a Inglaterra como os Estados Unidos não puderam ser comparados com outras nações de sua época, cujas barreiras pudessem representar um dos obstáculos mais sérios ao seu desenvolvimento.

Já o modelo de desenvolvimento da URSS foi discrepante, através do controle dos meios de produção, a nacionalização e a hostilidade à iniciativa privada.

Querer implantar um tanto liricamente tais modelos nas nações em desenvolvimento na segunda metade do século XX, é obra de ingenuidade e de lirismo. As jovens nações da América Latina e da África não devem preocupar-se com a possibilidade da reprodução inevitável dos padrões de desenvolvimento do século passado. Tais nações se encontram em circunstâncias bem diversas. Como bem salientou Costa Pinto (o. c., pág. 304), "circunstâncias históricas específicas, que no passado, mesmo no passado recente, condicionaram aquelas experiências, tanto as do tipo capitalista como as do tipo socialista, têm hoje muito poucas probabilidades de reproduzirem exatamente, com igual sucesso".

Assim, ao lado dos padrões hoje clássicos de desenvolvi-

mento (Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha, Japão, URSS), as jovens nações latino-americanas e africanas devem pensar em realizar o seu desenvolvimento segundo categorias novas, com uma verdadeira *redução sociológica* dos padrões clássicos, e procurando os seus caminhos naturais e específicos de desenvolvimento, sem ingenuidade e a precipitação das imitações. A própria imitação já é um indicador do sub-desenvolvimento.

Bert F. Hoselitz em seu estudo *Aspectos Sociológicos do Crescimento Econômico* (*Sociological Aspects of Economic Growth*, Glencoe, Illinois, 1960, págs. 85-115), combinando três pares de variáveis históricas, distingue oito padrões de desenvolvimento.

Tais variáveis são, quanto ao processo de desenvolvimento:

1.º — processo de desenvolvimento é *extensivo* (*expansionist*) ou *intensivo* (*intrinsec*). No processo do desenvolvimento consignado por tais variáveis, deve-se referir à relação entre população e recursos no início do desenvolvimento. Uma grande superfície econômica tende de seu natural ao desenvolvimento expansionista, como os Estados-Unidos, o Canadá e a Austrália, enquanto as pequenas unidades econômicas tendem ao desenvolvimento intensivo (Holanda, Suíça).

2.º — processo de desenvolvimento *central* ou *dominante* (*dominant*) e *reflexo* ou *periférico* (*satellitic*). Tal par de variáveis relaciona-se com o grau de dependência que alguns países têm com relação a outros, correspondendo aos conceitos da economia dominante e dominada de Perroux. Uma grande unidade econômica, embora de economia reflexa no princípio de seu desenvolvimento, oferece mais probabilidades de transformar-se em um "pólo de desenvolvimento".

3.º — processo de desenvolvimento *espontâneo* (*autonomous*) ou *induzido* (*induced*), no sentido de que os modelos de desenvolvimento clássico (Inglaterra e Estados-Unidos) são mais do tipo espontâneo, enquanto que os atuais, são do tipo induzido.

Daí os seguintes padrões de desenvolvimento:

- 1 — Extensivo — Dominante — Espontâneo, como os Estados Unidos (1830-1890);
- 2 — Extensivo — Dominante — Induzido, como a URSS desde 1928;
- 3 — Extensivo — Periférico — Espontâneo, como a Austrália até 1941 e o Canadá até 1900;
- 4 — Extensivo — Periférico — Induzido, como Manchúria durante a época da dominação japonesa;
- 5 — Intensivo — Dominante — Espontâneo, como a França e a Alemanha;
- 6 — Intensivo — Dominante — Induzido, como o Japão e a Turquia desde 1922;
- 7 — Intensivo — Periférico — Espontâneo, como a Dinamarca e a Suíça antes de 1914;
- 8 — Intensivo — Periférico — Induzido, como nas democracias populares da Europa Central e Oriental.

Quanto aos anos do início do desenvolvimento, seria interessante consigná-los para uma melhor compreensão do tema. O desenvolvimento começa com a industrialização.

Já em 1953 Rostow em seu estudo *The Process of Economic Growth* (Oxford, Clarendon Press, 1953, págs. 103-107), introduz o termo *Take-off* (decolagem, demarragem), para caracterizar o ponto ou o momento histórico de transição de uma sociedade com uma base preponderantemente agrícola para uma sociedade com base preponderantemente industrial. A sociedade em desenvolvimento perde a sua fundamentação agrícola para transformar-se em sociedade industrializada, com as implicações daí decorrentes. Daí por que autores de renome reputam a industrialização como o primeiro e decisivo teste ou indicador do desenvolvimento.

Eis algumas datas aproximadas do início da industrialização ou do *Take-off* em algumas Nações:

<i>Países</i>	<i>Data do arranco</i>
Grã-Bretanha	1783-1802
França	1830-1860
Bélgica	1833-1860
Estados-Unidos	1843-1860
Alemanha	1850-1873
Suécia	1868-1890
Japão	1878-1900
Rússia	1890-1914
Canadá	1896-1914
Argentina	1935
Turquia	1937
Índia	1952
China	1952

Algumas destas nações, no seu processo de desenvolvimento, ultrapassaram as outras, como os Estados Unidos, que desde 1880 se transformaram na primeira nação industrial do mundo, quando superaram a Inglaterra neste tocante, cada uma delas seguindo o seu próprio processo de desenvolvimento.

A conclusão resultante é de que existe uma pluralidade de padrões de desenvolvimento, o que é sobretudo importante para a consideração das jovens nações latino-americanas e africanas, para que possam assim assumir posições específicas na tomada de consciência dos seus problemas.